

**O governo fechou o acordo com o FMI. Aprovou a reforma da previdência, que impede a aposentadoria dos trabalhadores. Vem com mais impostos, cortes de verbas da saúde e educação. Seu novo pacote já está levando a uma explosão de desemprego. Governadores e setores burgueses assopram o canto das sereias para o movimento, para utilizarem-no em suas negociatas. Tão logo consigam migalhas do governo/FMI, se voltarão contra as massas. Para escapar a essa armadilha, é necessário defender com firmeza as reivindicações do movimento, que se chocam contra o pacote e necessitam da utilização dos métodos da ação direta.**

# **ABAIXO O PACOTE FHC/FMI!**

**Organizar a greve geral!**

**Nenhuma demissão! Escala móvel de horas de trabalho!**

**Não aos cortes de verbas da saúde e educação!**

**Nenhum imposto aos assalariados!**

**Que só os capitalistas paguem pela crise!**

**Fora o FMI do Brasil! Por uma Frente Única Antiimperialista!**

**Escândalos de corrupção no governo:**

**TRIBUNAIS POPULARES**

**PARA JULGAR**

**A BURGUESIA CORRUPTA!**



**EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS**

# **AS MASSAS**

**ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**

**MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL**

**ANO X - Nº 162 - 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1998 - R\$ 1,00**

# Quinzena de Luta do Movimento Operário

## Bancário cancela a greve e aceita reajuste de 1,2%

Os trabalhadores bancários estavam se preparando para uma greve geral da classe por reajuste salarial.

Os bancos pressionavam e ameaçavam com ainda mais demissões, e chegaram a propor o aumento da jornada de trabalho de seis para oito horas, sem reajuste salarial. O descontentamento e a posição provocadora dos banqueiros estabeleceram condições favoráveis para o confronto grevista.

O que fez o sindicato? Tratou de trabalhar pelo entendimento com os patrões e o esvaziamento da greve. Primeiro, formulou uma reivindicação salarial aceitável aos banqueiros: 5%. Uma reivindicação rebaixada é meio caminho para um acordo sem luta, ou melhor, contra a luta. A defesa firme das reivindicações necessárias permite a organização de uma luta massiva e unitária. Uma direção sindical que rebaixa a reivindicação está ajudando o patronato a impor derrotas ao movimento e aumentar a exploração.

Depois, afirmou que a greve poderia não ser geral, que pararia alguns bancos. A condição para que os trabalhadores enfrentem os capitalistas é sua unidade. A divisão favorece o adversário. Partir para uma greve sem defender a unidade da luta, a paralisação geral e unitária, é abrir caminho para a divisão e a derrota.

Depois, negociou mísero um por cento de reajuste (1,2%), na prática um congelamento salarial. O acordo miserável é apresentado como uma vitória da negociação e como um

obstáculo à luta e ao confronto. O tempero desse falatório foi a não imposição pelos patrões, da jornada de oito horas. Era só o que faltava! Dessa forma, a direção jogou uma pá de cal na campanha salarial.

Uma greve bancária poderia abrir caminho para uma grande jornada de lutas de outros setores. O miserável acordo mantém a classe sob o arrocho e as ameaças de demissões em massa.

## Volks quer acabar com o 13º salário

Sob a ameaça de demissão em massa, a montadora Volks está propondo aos trabalhadores que estes aceitem um corte em seus salários de aproximadamente 20% através do não pagamento dos chamados 'pagamentos anuais extraordinários' (PLR, abono de férias e 13º salário). Segundo a montadora esse corte representaria, para os patrões, um lucro anual de 350 a 400 milhões de reais. Ao mesmo tempo, a montadora anunciou um 'programa de demissão voluntária' que pretende botar na rua milhares de trabalhadores, o que garantirá o lucro de outros tantos milhões. Enquanto isso os diretores dos Sindicatos (Marinho, dos metalúrgicos do ABC e Antônio Oliveira de Taubaté) se desmancham em elogios à montadora, que, segundo eles, 'procura evitar o recurso das demissões. Aos operários e demais camadas trabalhadoras resta organizar a luta direta contra seus opressores, como única forma de evitar que suas vidas sejam esmagadas pela ganância dos capitalistas. É preciso também expulsar de seus sindicatos, todos os pelegos traidores, que se encastelaram nesses organismos apenas para servir aos interesses patronais.

## Condutores fazem greve para resistir às demissões e diminuição dos salários

Motoristas e cobradores de São Paulo fizeram greve nos dias 18 e 19, parando as garagens da zona sul, para impedir o início da implantação das catracas eletrônicas. O objetivo dos patrões com a implantação desse sistema é aumentar seus lucros, com a redução salarial dos motoristas e com a demissão dos 22 mil cobradores. Juntamente com a catraca eletrônica os patrões querem adotar a chamada 'jornada flexível', o que significa diminuir o salário dos motoristas quase pela metade, pois se estes ganham 3,96 p/h hoje, passariam a

ganhar 2,29 p/h, por uma jornada aparentemente menor. Para tanto, os patrões usariam alguns cobradores que poderiam assumir essa profissão, ganhando esse percentual, que será estendido aos demais motoristas mais tarde. O próprio Transurb admitiu que a maioria desses 22 mil cobradores seriam demitidos, de uma forma ou de outra. Os trabalhadores exigem a redução da jornada diária de 7h10min para 6h40min, sem redução de salários.

a direção do sindicato se negou a fazer um movimento geral e unitário em defesa do emprego dos cobradores. Somente uma paralisação geral da classe e a projeção do movimento para o conjunto da população poderia barrar a implantação das catracas de desemprego.

Uma após outra, as medidas nos transportes públicos vão favorecendo a exploração capitalista. Ônibus superlotados, passagens com preços nas nuvens, redução de gastos com funcionários, eliminação da concorrência dos perueiros, esses são os objetivos dos empresários e da prefeitura malufista.

Contra isso tudo, é necessário um movimento popular pela estatização do transporte sob controle da população.

## Funcionalismo :

Mais um ataque aos Servidores Públicos Estaduais

Seguindo a risca a cartilha do governo Federal, o governador de São Paulo, Mário Covas anunciou recentemente que está mandando para a Assembléia Legislativa um projeto para aumentar a alíquota de desconto dos funcionários do estado para o Ipesp. Hoje, todos os funcionários já são obrigados a pagar 6% de seus salários. O índice do aumento ainda não foi revelado. O projeto prevê ainda que os funcionários aposentados também terão de pagar o imposto, que eles chamam de 'contribuição'. A alegação é a mesma de sempre: é preciso equilibrar as contas do Ipesp. Para os servidores públicos, esse aumento de desconto é mais um roubo aos salários, que já estão congelados há quatro anos. Está claro que, se os servidores não organizarem a GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO para derrubar a política antinacional e antipopular de Covas/FHC/FMI, os ataques às suas condições de vida serão cada vez mais profundos e destruídores.



# Selado o acordo FHC/FMI: a tarefa central é derrubá-lo pela ação direta

Nacional



\* O acordo com o FMI tem sido propagandeado pelo governo como capaz de estabilizar a situação de crise e a bancarrota do Plano Real. Em realidade, de um lado, é um aceno aos credores de que os 41 bilhões de dólares estão ali para protegê-los da quebra brasileira; de outro, é um instrumento nas mãos das potências para exigir do governo que arrume dinheiro para pagar a monumental dívida.

\* Os 41 bilhões correspondem justamente ao necessário para o fechamento das contas do ano. O governo só poderá usá-lo parcialmente e se cumprir as metas acertadas com o Fundo. Trata-se de um fundo-aval para incentivar os agiotas a voltarem a especular no Brasil. O Ministro Pedro Malan chama isso de retomar a confiabilidade dos investidores. O que demonstra, de fato, o quanto a política econômica da semicolônia depende do capital imperialista, que penetra na economia brasileira sob forma de agiotagem, motivada pelas altas taxas de juros.

\* As contas do Brasil se mostraram quebradas assim que os agiotas retiraram mais de 30 bilhões de dólares, em função da crise asiática e da Rússia. A exposição do país mostrou que o Plano Real tem por função primordial favorecer o capital parasitário. Sustentou-se esse quadro até o momento em que os desequilíbrios cambiais e queda nas Bolsas comparecessem como resultado da crise de superprodução e de quebras de grandes empresas (industriais, comerciais, financeiras) em várias partes do mundo.

\* A fuga ininterrupta de capitais pôs em cheque a relação artificial entre o Real e as reservas cambiais. Ressaltou o crescente desequilíbrio da balança comercial (valor das importações maior que as exportações) e das contas correntes (soma do déficit comercial com pagamento de juros, remessa de lucro etc.). Veio à tona um déficit orçamentário de cerca de 7,5% do PIB (Produto Interno Bruto), colocando o Brasil na condição de

inadimplência frente aos credores internos e externos:

\* O pacote de outubro do ano passado mostrou-se inócuo. As altas taxas de juros, que tinham baixado, voltaram a dobrar ainda no quadro da disputa eleitoral deste ano. O imperialismo foi claro em sua ordem: o Brasil tem de aplicar um choque profundo, sem as manobras do pacote de outubro de 1997, em que se cumpriu apenas parte. O atrativo das altas taxas de juros já não sustenta os interesses dos financistas. Estes querem proteção real. Praticar altas taxas de juro sem poder pagá-las é o pior que pode acontecer. Em resposta, o governo "reconheceu": agora precisamos do FMI, esta é a via da credibilidade.

\* Abriu-se um debate no seio da burguesia. Deve o governo manter a "estabilidade da moeda" pela via de mais impostos, recessão, quebras de setores econômicos e manutenção dos altos juros? Ou não seria mais conveniente desvalorizar a moeda, impulsionando as exportações e retomando superávits comerciais, e fazendo um ajuste fiscal baseado na reforma da previdência e taxando os consumidores?

\* O governo e o FMI disseram não aos defensores da desvalorização cambial. Procuraram mostrar que a equação é a pior possível. Em nível externo, as conseqüências seriam imprevisíveis, pois iniciaria um processo de desvalorizações em cadeia, cercando completamente a economia norte-americana, que mergulharia inevitavelmente em recessão, colocando a economia mundial em retrocesso geral. Em nível interno, mais de 100 bilhões correspondem a dívidas particulares (por enquanto ainda não estatizada), assim desvalorizar significa tornar inadimplentes estes capitalistas ou prejudicar as multinacionais que usam desse dinheiro mais barato em suas matrizes. A inflação voltaria e com ela toda instabilidade anterior. Como se vê, a divergência interburguesa se dá em torno de quem perde e de como sus-

tentar a artificial "estabilidade".

\* Há total convergência de que na dívida externa e interna não se mexe. E que o grosso das "medidas de ajuste" deve recair sobre a previdência, os serviços sociais (educação, saúde etc), as antigas conquistas dos trabalhadores do Estado e da iniciativa privada etc. Mas as frações burguesas em choque não tiveram como parar aí. O governo precisava alcançar mais de 30 bilhões de dólares. Completaria com a elevação da carga de impostos, ainda que custasse uma queda de 1% do PIB em 1999, que significará fatalmente quebras e novo surto de demissões em massa.

\* A totalidade da burguesia apoiou a reeleição de FHC em função da agudização da crise e das exigências do imperialismo. Por isso, não é de estranhar o fato do Congresso aprovar na íntegra o Pacote II, apesar da áspera divergência em torno dos impostos, dos juros altos e da perspectiva de maior penetração do capital imperialista. As negociatas do momento se dão em torno de como abaixar os juros e de como alguns grupos capitalistas se safarão do pagamento de parte da conta aberta pelo pacote. Os trabalhadores, se não lutarem, serão os únicos que não terão como enfrentar o baque da derrocada do Plano Real.

\* Os reformistas e a

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

burocracia sindical, de direita (pró-governamental) e de esquerda (oposicionista), capitularam desde o momento em que seguiram as frações burguesas em disputa. Estiveram enlaçados nos meandros das soluções intercapitalistas. Submeteram a questão do desemprego, da previdência,

dos cortes de verbas públicas para os serviços sociais e dos salários a uma das variantes de política econômica burguesa. Estiveram e estão alinhados, principalmente os reformistas do PT, em torno da variante de aumentar as exportações, controlar as importações, dinamizar o mercado interno, favorecer o pequeno e médio produtor, rebaixar os juros, taxar apenas alguns setores do capital.

\* Uma ou outra voz da burocracia sindical ousa fazer um pouco de demagogia, propondo a suspensão temporária do pagamento da dívida externa, motivada pelo exemplo russo. Mas como não tem ressonância na burguesia, fica apenas um apelo choroso dos líderes corrompidos. Enquanto isso, o Congresso aprova o pacote antinacional e antipopular com a participação democrática da oposição. Negocia aspectos (previdência), vota contra outros, mas acata o esmagamento da vida das massas e as exigências do imperialismo. Os reformistas estão integrados tipicamente como oposição burguesa. Não há um só traço de oposição operária em sua política e conduta.

\* Frente à crise interburguesa, que tende a se agravar com a recessão e quebras de capitais nacionais, os reformistas estão procurando se articular com a fração descontente. Agora, o prato da moda é a tal da "terceira via". Começa-se a

copiar os modelos da fração imperialista social-democrata. Espera-se o fracasso da via atual, chamada de neoliberal, para emergir a sonhada aliança democrática e popular (conciliação entre capital e trabalho diante do precipício da crise capitalista). A reunião dos governadores de oposição para reclamar dos impostos etc. é um passo nessa linha. O convite a Mário Covas para debater a questão do desemprego, juros altos etc no Sindicato Metalúrgico é outro. Tem ainda a tal da "maratona" de Vicentinho e Cia., o pronunciamento de Lula a favor do PT integrar o governo Covas, a tecla da defesa do "pacto federativo". Enfim, tudo isso indica a capitulação dos reformistas frente à burguesia e expõe de maneira inequívoca seu lugar contra-revolucionário no processo histórico atual.

\* A perspectiva é da crise mundial se agravar. Já se prevê uma recessão mundial para o ano que vem. Trata-se do potencial da crise de superprodução e da manifestação da tendência da queda de lucratividade dos setores de ponta. O agravamento da crise no Brasil será drástico, impulsionado pela política econômica pró-imperialista de FHC. O Pacotão tem curto alcance quanto ao objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, mas tem grande alcance para incentivar a recessão, quebra e desemprego. Já há um clima de superprodução nos ramos fundamentais da economia, enquanto cresce a inadimplência dos consumidores. Ao mesmo tempo, permanecem abertas as vias de transferências maciças de riquezas para as metrópoles imperialistas. Os analistas da oposição burguesa prevêem o fracasso do acordo com o FMI, baseando-se na falsidade dos dados governamentais. Isso significa um dado a mais nas contradições da política econômica pró-imperialista.

\* A inércia do movimento dos explorados, que serviu para o governo implantar sem resistência seu plano de fome e miséria, indica estar se esgotando. Os fatores da crise e as condições de existência das massas estão se encarregando de alimentar os instintos de luta dos oprimidos. Daqui para frente será rápida a quebra das ilusões na tal da "estabilidade" e a contenção dos aparelhos sindicais burocratizados estará sob intensa pressão das bases. A luta de classe poderá retomar patamares elevados. Trata-se de defender as reivindicações dos explorados e trabalhar por sua unidade classista contra os capitalistas de todas as cores e naipes.

\* O POR responde à crise com um

programa proletário, portanto completamente oposto às variantes econômicas da burguesia, incluindo aí as posições do reformismo e frentepopulismo petista-estalinista (PCdoB). Trata-se de travar a luta revolucionária contra o capital e seu governo. A defesa das reivindicações dos explorados (escala móvel do emprego, escala móvel dos salários, previdência pública etc.) é ponto de partida para conquistar posições de independência de classe e acumular forças para expulsar o imperialismo e expropriar o grande capital. Trata-se de potenciar a estratégia de poder do proletariado, que é a da tomada do poder e instalação da ditadura do proletariado.

\* O POR trabalha pela constituição de uma frente única antiimperialista. Esta consiste em aglutinar a vanguarda e as massas em torno das tarefas antiimperialistas e anticapitalistas. A aliança operário e camponesa é a base social e política da frente antiimperialista. A crise que atravessamos é de ordem histórica. Ou seja, da desintegração do sistema capitalista de produção. As forças produtivas estão em choque aberto com as relações capitalistas de produção (propriedade privada dos meios de produção, apropriação privada das riquezas socialmente produzidas, exploração do trabalho). Esta contradição se converte em quebras, falência dos países semicoloniais, desemprego, crise social. Eis por que o reformismo se mostra impotente e sua política pró-capitalista se converte em pró-imperialista.

\* O POR se coloca pela bandeira de pôr abaixo integralmente o Plano Real. Nada de descarregar a crise sobre as massas. Levanta as bandeiras antiimperialistas de não pagamento da dívida interna e externa, reestatização de todas as estatais privatizadas sem indenização, divulgação de todos acordos do governo com o imperialismo (FMI, BIRD etc.), nacionalização do comércio exterior, confisco dos capitais especulativos etc. As bandeiras antiimperialistas compõem o programa da revolução proletária. Também são ponto de partida para a luta revolucionária pelo poder do Estado.

\* O POR chama todas as correntes do movimento operário a constituírem a frente única antiimperialista para pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular de FHC. A organizarem comitês de base, desde as fábricas até o campo, para defenderem com a ação direta a vida dos explorados e quebrarem a paralisia imposta pela burocracia sindical colaboracionista.



# A conciliação do PT com o PSDB

O artigo "Covas abre canal de diálogo com líderes da oposição" começa assim: "Não poderia haver melhor oportunidade para o governador reeleito por São Paulo, Mário Covas, abrir canal efetivo de diálogo político com a oposição e seus principais governadores do que o evento organizado, na sexta-feira, pelo Sindicato Metalúrgico do ABC com objetivo de combater o desemprego no país." (Gazeta Mercantil, 16/11).

Reproduzamos as falas dos petistas.

Lula: "Independentemente de pertencer ao partido do governo ou da oposição, a importância da presença do Covas está na demonstração de sua preocupação com o aumento do desemprego e a diminuição da produtividade, que certamente surgirão em consequência do pacote defendido pela equipe econômica."

Olívio Dutra: "A presença do governador Mário Covas aqui é bastante significativa e muito bem recebida, pois mostra sua preocupação com o modelo atual que está provocando o destacamento do atual pacto federativo."

Vejamos o que disse Covas logo que chegou no Sindicato Metalúrgico:

"Não fui convidado para bater no governo, mas para discutir saídas para o emprego". Propor alternativas para estes tipos de problemas não está no escopo apenas de quem está na oposição, mas de quem também é governo e estou seguro de que este tipo de iniciativa interessa ao presidente FHC."

"O acerto com o Fundo Monetário, teoricamente, melhora a situação da taxa de juros que, sem dúvida, é o maior problema para São Paulo."

A simples presença cordial de um governo burguês na sede do Sindicato demonstra a política conciliadora da burocracia sindical e dos petistas. Trata-se de uma prática comum, que submete os sindicatos ao Estado através de negociações com autoridades governamentais. Em lugar de luta de classe, aplicam a conciliação de classe. Está aí

por que a burocracia reformista é corrompida pela política burguesa e joga um papel traidor dos interesses da classe operária. Assim, desmoraliza os sindicatos perante os trabalhadores e os afasta da tarefa de organizar a luta direta contra a classe capitalista.

No caso concreto do convite a Covas, o conteúdo da aproximação reflete a posição política do reformismo petista de sujeição às reformas antinacionais e antipopulares de FHC. A direção do PT, tendo à frente Lula, sempre aspirou se unir ao PSDB, considerando-o um partido progressista pelo fato de ser social-democrata, quando na realidade é pró-imperialista.

O governador foi ao sindicato para defender as medidas reacionárias de FHC. Expôs seu total consentimento ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O anunciado objetivo de combater o desemprego é uma máscara para iludir os trabalhadores. Mário Covas demitiu milhares de funcionários públicos. Só com sua reforma no ensino do estado, desempregou cerca de 60 mil professores. Ocorre que o Sindicato dos Professores também está sob o controle do PT e colaborou com o governo do PSDB pela via da prostração.

As demissões no ABC estão retomando seus altos patamares. No passado recente, foram destruídos milhares e milhares de postos de trabalhos que não mais serão reconstituídos. A burocracia petista se curvou perante as multinacionais e ao patronato brasileiro do setor de autopeças. "Negociou" as demissões, utilizando os sindicatos como instrumento de pressão para concretizar a tal da "demissão voluntária". Colaborou nas Câmaras Setoriais do breve período de Collor. E qual foi a propaganda? A de que empregos seriam assegurados. Resultado: os salários foram cortados e as demissões continuaram.

Novamente os burocratas e reformistas do PT vêm com a idéia de que o governo, no caso Covas, está disposto a combater o desemprego. Isso quando

o PSDB e seus aliados (PFL, PPS, PMDB etc) aprovaram e aprovam uma bateria de medidas recessivas e mais uma vez atacam a vida dos trabalhadores. A corrupção e o cinismo dos burocratas petistas não têm limites.

É preciso combater radicalmente esta política no interior dos sindicatos, para se constituir uma direção revolucionária. Qualquer atitude, como a da esquerda que chamou o voto em Lula, reforçando o reformismo, prejudica a luta para varrer os reformistas da direção dos organismos operários.

A linha programática do Partido Operário Revolucionário é de que nenhum governo ou político da burguesia ponha os pés nos sindicatos. O desemprego é próprio do capitalismo. A crise e a política econômica pró-imperialista de FHC/Covas/ACM etc vêm agravando a situação.

Os trabalhadores têm suas respostas, suas reivindicações e seu método de luta. Certamente, a saída operária para o desemprego e outros males está no combate à exploração capitalista, à opressão imperialista e aos governos da burguesia. Para que essa posição cresça e ganhe corpo no interior da classe operária e demais explorados é necessário uma guerra sem trégua ao reformismo e à burocracia corrompida.

Nacional



## 40,5% do ajuste serão na área social

### São R\$ 3,5 bi dos R\$ 8,7 bi de gastos cortados por FHC

"Os cortes nos ministérios da área social somaram 40,51% do ajuste total de R\$ 8,671 bilhões definido pelo governo para o Orçamento de 1999. Somados, os ministérios da Saúde, Educação, Planejamento, Previdência Social, Política Fundiária e Trabalho perderam R\$ 3,51 bilhões em projetos e atividades.

A saúde teve uma perda de R\$ 1 bilhão, a maior, em termos absolutos, na área social. O Ministério da Política Fundiária teve a maior perda relativa: 47,1%, ou R\$ 513 milhões. Já o Ministério da Educação teve um corte de R\$ 574,7 milhões (12,3%).

No caso do Planejamento, os cortes vão atingir programas de saneamento e habitação para a classe popular - com renda familiar mensal de 1 a 3 salários mínimos (R\$ 130 a R\$ 390). Esse corte significa que a União vai abandonar grande parte dos projetos do

próximo ano em esgotos sanitários, infra-estrutura urbana e habitação popular. O orçamento previsto originalmente era de R\$ 559,3 milhões, e agora, com a redução, cai para R\$ 119,5 milhões.

No Ministério do Trabalho, a redução vai acontecer no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que vai perder R\$ 601,7 milhões. Parte significativa desse ajuste será nos programas de qualificação e treinamento de trabalhadores desempregados." (Folha de S. Paulo, 10/11/98).

Os dados acima expõem claramente que o ajuste fiscal do governo levará à destruição ainda maior da saúde e educação públicas, e de todos os outros serviços sociais do governo. As massas terão suas condições de vida atacadas para preservar o parasitismo financeiro.

# PSTU se coloca por apoiar os governadores de oposição no seu intuito de "mudar o pacote"

No seu jornal de nº 65, diz o PSTU que os governadores de oposição "têm em suas mãos a possibilidade de jogar um papel decisivo para desencadear essa mobilização" (contra o pacote). E que "a CUT, o MST, os sindicatos, a UNE e todas as entidades populares não podem exigir menos que esse decisivo apoio dos governadores à mobilização popular".

Pouco antes, afirma: "Só o povo, lutando nas ruas, pode fazer o governo retroceder em sua determinação de jogar todo o peso do pagamento da conta da crise nas costas dos trabalhadores".

É o mesmo artigo de jornal.

Essa política, se aplicada nos movimentos, os levará a reboque das frações burguesas descontentes com medidas do pacote FHC/FMI. Os governadores da chamada oposição estão descontentes com medidas do pacote que cortarão grandes fatias de seus orçamentos. Por isso, colocam-se por "mudar o pacote" (OESP, 30/10/98), e não derrubá-lo.

Na essência, a posição dos governadores é a mesma dos reitores de universidades que se posicionaram contra cortes de verbas, ou empresários que chiaram diante do aumento de impostos (Cofins etc.). Nenhum desses grupos está disposto a pôr abaixo o pacote do governo. Estão todos preocupados em negociá-lo, para preservação de seus interesses particulares.

Os movimentos não podem de jeito

nenhum se colocar por apoiá-los. Se seguirem esse caminho, servirão apenas de elemento de barganha das disputas interburguesas submetidas no geral às imposições do FMI. Esses grupos, tão logo obtenham alguma migalha favorável do governo, se colocarão ao lado deste e do pacote, contra os movimentos.

O caminho das organizações de massa deve ser o da independência de classe, a clara defesa das reivindicações das massas encabeçadas por "abaixo o pacote FHC/FMI" e a utilização dos métodos próprios dos explorados, da ação direta. Para isso, é importante a luta política no interior dos movimentos contra as tentativas de subordinação às pressões parlamentares, negociações de cúpula, reuniões de governadores, manifestos de reitores biônicos etc.

## Dez anos do massacre de Volta Redonda: William, Valmir e Barroso estarão sempre presentes nas lutas do movimento operário!

A 9 de novembro de 1988, o exército brasileiro reprimiu violentamente a greve com ocupação da CSN. Ocupou a cidade de Volta Redonda e espalhou o terror por todos os lados: ruas, bares, portas das lojas etc. Os militares danificaram carros e quebraram vidros de prédios, espancaram pessoas a esmo.

No interior da CSN, executou-se uma operação de guerra, com bombas e atirando para matar. Mais de uma centena de feridos a bala e três operários mortos foi o saldo dessa violência reacionária.

Os trabalhadores da CSN reivindicavam reposição de 26,06% do Plano Bresser, reintegração dos demitidos por perseguição política e implantação de jornada de 6 horas diárias, de acordo com a lei.

Depois da morte dos três operários, decidiu-se em assembléia pela desocupação da usina e continuidade da greve do lado de fora, a qual recebeu apoio da população da cidade. 17 dias de greve levaram a conquistas importantes, arrancadas do governo Sarney.

A repressão do exército mostra o papel das forças armadas, essência do Estado burguês, e que constituem o principal ponto de apoio para a preservação da exploração de classe. Os explorados têm de organizar seus organismos de autodefesa e trabalhar para dividir os soldados ao ponto de tornar possível a derrubada da burguesia do poder pela via revolucionária. Sem isso, todo movimento reivindicativo estará à mercê da repressão de classe da burguesia, seja pelo exército, polícia ou jagunços.

Hoje, a direção

da CSN privatizada, auxiliada pela Força Sindical, planeja impor a ampliação da jornada para 8 horas, o que levará à demissão de 4 mil operários.

Trata-se retomar a heróica mobilização de dez anos atrás e impedir a ofensiva capitalista. Essa é a melhor forma de prestar uma homenagem àqueles que morreram na defesa da luta grevista operária, que aponta para a revolução social.



Protesto do MST reivindica verbas para os programas de educação.

# Governo FHC reinicia sob crise política

Terminadas as eleições, a aliança em torno de FHC assume a feição de crise governamental. O Ministro da Saúde, José Serra, importante figura do PSDB, deixa vaziar descontentamento devido ao corte orçamentário sofrido por sua pasta. Em uma nota, demonstra que a Saúde vem perdendo verba progressivamente, mas que desta vez o corte é exagerado. Em resposta, Antônio Carlos de Magalhães (ACM), o coronel do PFL, declara que os descontentes devem sair do governo. Anunciou assim a retomada dos conflitos no interior da coalizão PSDB/PFL.

Ocorre que os cortes atingiram a Bahia, estado chefiado por ACM. A reação do oligarca não foi menor que a do choroso Serra. A diferença está em que o peemedebista não pode dizer o mesmo a ACM: que os descontentes saiam do governo. Mas a richa não pára nos cortes.

O PSDB vem pressionando para que se constitua um "Ministério da Produção", que teria por ministro Mendonça de Barros, afinado com setores da burguesia industrial do sudeste. Este se pronunciou favorável aos exportadores e criticou a linha do pacote de aumento de impostos. Mostrou-se de acordo com o setor que quer a desvalorização do Real. Esta fração capitalista, que tem o maior peso econômico, vem reclamando de pouco espaço no governo. O

que quer dizer que as reformas pró-imperialistas começam a se fazer sentir mais contundentemente neste setor empresarial. O PFL está em desacordo com tal Ministério.

As relações no interior da aliança começam a ser ainda mais atritosas. A unidade burguesa em torno da reeleição de FHC foi uma contingência da crise e uma exigência do imperialismo, que tem em suas mãos todas as iniciativas frente à bancarrota do Plano Real. Mas os problemas não pararam de explodir.

Uma série de documentos denunciando o envolvimento do Presidente da República, o Ministro da Saúde e o governador de São Paulo começaram a circular. Ao mesmo tempo, foram postas à tona as falcatruas em torno da privatização das telecomunicações. Os envolvidos são do PSDB.

Para que isso aconteça, é porque a luta intestina no Estado se agudizou. Tem a ver com a derrota de Maluf e com a retomada política de Collor. Entretanto, são as condições de crise no interior da própria aliança que permitem uma investida de tal envergadura.

Os reformistas, chamados de esquerda, sabem que dificilmente conseguirão a CPI, mas insistem nela apenas para marcar posição equidistante. Enquanto Covas é denunciado juntamen-

te com os outros dois asseclas, o quarto (Sérgio Mota) já morreu, a direção petista aspira participar em seu governo e o convida para patrono das "preocupações" do Sindicato Metalúrgico do ABC com o desemprego.

Ao invés dos sindicatos serem acionados contra o pacote, aproveitando a crise interburguesa, os reformistas os mantêm perfilados em torno da estratégia de defesa da governabilidade e estabilidade política do governo pró-imperialista. A tarefa do movimento operário não é essa. Mas sim a de denunciar a podridão governamental, ligá-la com a politicagem burguesa, defender um plano de reivindicações contra o desemprego e a fome e trabalhar por constituir um amplo movimento de massa. A crise política e a ofensiva do capital contra a vida das massas incentivarão os trabalhadores ao combate.

Nacional



## Atividades do Partido Operário Revolucionário

### São Paulo:

1) Campanha contra o desemprego e o pacote do governo. O partido está fazendo a campanha através de cartazes e boletins.

2) Intervenção no movimento universitário da USP. Faz campanha pela convocação de uma assembléia universitária, que reúna os três setores, para defender o ensino público e gratuito contra a ofensiva liquidacionista do governo neoliberal. Tem se debatido em defesa de um claro posicionamento do movimento pela derrubada do pacote FHC/FMI pela ação direta.

3) Professores realiza uma campanha nas escolas de denúncia do golpe da burocracia sindical da Apeoesp, que mais uma vez mudou os estatutos, burocratizando mais ainda o sindicato e criando as condições para uma vasta burocracia profissionalizada com o dinheiro dos trabalhadores. Juntamente fará uma campanha contra as demissões de professores.

4) Intervenção no movimento social da PUC. Através do comitê contra a opressão social e política, o POR faz a campanha em defesa dos sem-terra contra a opressão latifundiária. Intervém no movimento de resposta à crise

da Universidade e defende o ensino público, gratuito e laico. Participa do curso de formação política da Afapuc.

5) Judiciário: inicia a campanha com o novo boletim contra o pacote do governo.

6) Palestra: Realizará no dia 12 de dezembro, domingo, um debate sobre a Revolução Russa e o processo atual de restauração capitalista. Um dos aspectos será os processos de Moscou.

### Natal

1) Atua contra o atraso do pagamento dos trabalhadores do município de Natal.

2) Faz campanha contra a prisão de militantes do movimento dos sem-terra do Rio Grande do Norte

3) Realiza curso de formação política baseado no texto de Guillermo Lora "Teoria Marxista do Partido Político".

### Fortaleza

1) Organiza a participação no congresso da Universidade Estadual do Ceará, que se realizará entre os dias 4 e 6 de dezembro.

2) Participa no comitê em defesa da universidade pública, gratuita e democrática, organizada na UEC

3) Realiza a escola de quadros com o tema "60 anos da IV Internacional".

4) Trabalha com o boletim "Oposição Estudantil" (Corrente Proletária na Geografia). Faz campanha contra o corte de vagas na Geografia.

### Campanha Geral do Partido

O POR acaba de publicar a Revista Socialismo Científico nº 6, dedicada aos 60 anos da IV Internacional. Trata-se de um material programático de fundamental valor para a organização da vanguarda revolucionária no partido político. São parte da política revolucionária as campanhas ideológicas em defesa da teoria marxista e do programa da revolução proletária.

## Por trás do Radicalismo um Nacionalismo Exarcebado

Em matéria da seção Tendências e Debates da Folha de São Paulo (08/11), intitulada Verão Vermelho, João Pedro Stédile demonstra como seu "radicalismo" filo-stalinista desemboca (para a burguesia) no mais palatável nacionalismo-reformista.

Em primeiro lugar, Stédile busca mistificar a crise imperialista de superprodução ao afirmar que a crise brasileira advém do modelo entreguista que a "elite" nacional (evita o conceito de classe "burguesia") implementou nestes quatro últimos anos, que abriu o mercado brasileiro para as multinacionais e que elevou os juros às taxas mais altas do mundo.

Para o líder do MST, bastaria que nas eleições passadas se votasse num projeto democrático-popular que distribuisse a renda e apoiasse a produção para que a crise fosse erradicada do Brasil.

Stédile não formula como se colocaria um

tal governo diante da pressão do imperialismo. Esquece que muito dos ditos "governos de esquerda", incluindo no Brasil os do PT, quando alçados no poder executivo, seguem a risca a cartilha neoliberal, isto por ter de retribuírem os auxílios orçamentários com os quais a burguesia recheou seus caixas de campanha.

Apesar de tocar no ponto central de como a crise afeta a economia da semicolônia: perda do controle do orçamento com o comprometimento dos juros da dívida, queda da produção, aumento do desemprego, abertura de mercado etc.; e de como as medidas anunciadas do pacote vão aprofundá-las ainda mais: redução dos gastos públicos (saúde, educação, estados e municípios etc.), aumento de impostos; e, apesar de diagnosticar corretamente que o pacote não resolve os verdadeiros problemas, Stédile não vê outra solução senão a alternativa reformista.

Stédile vê a saída na bancada oposicionista recém eleita e no bloco dos "governadores de oposição". Apesar de se referir rapidamente que só as mobilizações de massas farão o governo FHC mudar de rota, dá a entender que as mobilizações devem ter o papel restrito de pressionar os parlamentares e os governos eleitos para que estes encaminhem as resoluções dos problemas. Aponta assim para um amplo movimento de unidade nacional contra os setores mais retrógrados e entreguistas da classe

dominante. Ou seja, acredita ser possível, dentro do capitalismo, aliado com um setor burguês considerado progressista e com medidas nacionalistas resolver a crise brasileira, deslocada de como caminha a economia mundial.

Isto basta para mostrar como tais lideranças acreditam tanto nesta falsa reedição do liberalismo econômico, propagando a velha tese estalinista da economia mundial como a soma das economias nacionais. Esquece que na época do imperialismo a economia mundial torna os países ainda mais interdependentes, que os países imperialistas ditam as regras e que a única forma de iniciar o rompimento desses grilhões é através da revolução proletária.

Neste momento, a única forma de se levantarem os "verões vermelhos" é a constituição de uma frente de luta que tenha por objetivo derrubar as medidas imperialistas através da ação direta, uma frente que reúna os operários empregados e desempregados, os camponeses pobres, os sem-terra, e a pequena burguesia urbana arruinada contra o grande capital e seu governo. A isto chamamos de frente única antiimperialista.

Resta nos saber como se comportarão as direções do MST nos estados onde a oposição ganhou.

Com certeza é preciso criar um pólo proletário no campesinato para se consiga construir verdadeiros "Verões Vermelhos".

## O Pacotão golpeia a saúde

O corte no orçamento da saúde é de 1 bilhão de reais. O setor já está caindo aos pedaços, agora vai desmoronar ainda mais.

A calamidade chegou ao ponto dos hospitais causarem medo aos doentes. Imperícias médicas, infecções hospitalares, falta de leitos, remédios estragados etc são a fisionomia da estrutura hospitalar. Nada disso comove o governo e o poder econômico. Se é preciso cortar verbas para pagar juros aos especuladores e proteger os interesses dos capitalistas, o governo o faz. O mesmo se passa com a previdência, educação etc.

A burguesia está decidida a descarregar toda crise sobre os explorados. E se estes não reagirem através de greves, ocupações, bloqueios e manifestações, sofrerão um esmagamento ainda maior.

A burocracia sindical e os reformistas da frente popular (PT, PCdoB), aparecem como oposição,

mas acabam sempre por capitular. Agora mesmo, frente ao pacotão, vêm com a posição de que é preciso organizar uma frente com setores descontentes da burguesia devido aos altos juros e ao aumento da carga tributária. Renegam as reivindicações dos trabalhadores, como defesa dos salários e dos empregos, que se contrapõem à exploração capitalista e à destruição sistemática de suas condições de vida.

O Partido Operário Revolucionário (POR) vem perante os trabalhadores defender a saúde pública com a bandeira de estatização de todo sistema de saúde, controle desta pelos trabalhadores e elaboração de um orçamento real. Essa luta deve se dirigir contra o governo e seu pacotão como um todo.

Rechaçamos a linha da burocracia de colocar o movimento operário a reboque das divisões interburguesas.





# Pará: que julgamento será esse?

Nacional



No dia 17 de abril de 1996, 154 policiais cercaram a marcha dos sem-terra, na rodovia PA-150, Pará, e provocaram uma das maiores chacinas recentes de camponeses. Dezenove trabalhadores foram mortos a tiros e a golpes de facão, foice etc. Como se vê, passaram-se dois anos e nenhum julgamento foi feito. A morosidade da justiça burguesa não é casual. Objetiva-se afastar os acontecimentos no tempo, para assim tornar a farsa do julgamento em algo sem importância social e política. Assim, os policiais, comandantes, governador e mandantes (latifundiários) estão tranquilos.

Não bastando esse mecanismo, o corpo de jurados previsto para o julgamento em Marabá é formado por maioria comprometida com os fazendeiros ou políticos que os representam. Aqueles que não estão comprometidos simplesmente têm medo de condenar os policiais e no outro dia serem alvo de retaliação.

A farsa é tão escandalosa que até a grande imprensa, como a Folha, resolveu denunciar. A reportagem mostra os policiais-assassinos tomando conta do Fórum onde serão "julgados". Um deles declara que nada tem a temer porque não se tem como provar o envolvimento de cada um. No dia da chacina, os policiais estavam deliberadamente sem a tarja de identificação e o livro de registro das armas foi destruído. Não há maior prova de gangsterismo do que ocultar as provas do crime premeditado.

Diante das denúncias do MST e outros movimentos sobre a farsa do julgamento de Marabá, e do pedido de transferência para Belém, o juiz suspendeu o julgamento previsto para o dia 23 de novembro. Aguarda-se o parecer do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de mais um ato na encenação. A justiça burguesa não irá condenar um crime de classe. O conteúdo da chacina é a defesa dos latifundiários contra os camponeses sem-terra.

## É necessário constituir um Tribunal Popular

A pior atitude frente aos crimes de classe é confiar na justiça patronal. Todo ordenamento jurídico expressa os interesses do poder econômico. Ao lado do aparato de repressão policial

e militar aos movimentos sociais, a estrutura judicial compõe o braço estatal de proteção à opressão social e política dos trabalhadores. Este é o fundamento da sociedade de classes, ou seja, do capitalismo. Só não vê quem não quer.

Está aí por que se comete os maiores crimes contra os explorados e nada acontece com os responsáveis. Acontece que por detrás dos matadores estão os grandes proprietários, por detrás destes estão os governos (o governador Almir Gabriel autorizou o massacre) e por detrás deles está o Estado, o poder geral da classe capitalista.

Aqueles que querem uma real punição não podem esconder essa realidade. Então só há um caminho para punir os crimes de classe: constituir um tribunal popular independente de todo aparato controlado pelo poder econômico. Os movimentos sociais e correntes políticas de fato identificadas com os trabalhadores do campo e da cidade têm o dever de não só denunciar a farsa como também trabalhar por formar um tribunal popular, composto por representantes eleitos pelos próprios trabalhadores.

Enquanto isso não acontecer, a denúncia da farsa deve ser feita como forma de elevar a consciência política e preparar-nos contra novas chacinas que certamente virão. Contra a encenação, exigimos real punição de todos responsáveis pelas 19 mortes de sem-terra. O Comitê Contra a Opressão Social e Política chama os estudantes, professores e funcionários a exigirem de seus sindicatos e centros acadêmicos que passem a defender a constituição do Tribunal Popular e a denunciar os crimes de classe contra os trabalhadores.

## Apoio do Comitê aos estudantes, professores e funcionários da PUC/SP

Na semana passada, funcionários, professores e estudantes da PUC-SP estiveram reunidos em suas assembleias gerais discutindo e deliberando sobre as medidas de contenção de despesas apresentadas pela Reitoria desta universidade.

Como não poderia ser diferente, são medidas que recaem principalmente sobre as costas dos professores, funcionários e estudantes, atacando suas condições de trabalho

e inviabilizando o estudo de uma parcela do estudantado.

Nós do Comitê Contra a Opressão Social e Política vimos dar apoio à luta desses setores contra a deterioração das condições de ensino, pesquisa e extensão na PUC-SP.

Entendemos que a crise que hora se apresenta tem um caráter próprio de uma crise do ensino privado, que não tem outra alternativa de sobrevivência senão recorrer às altas taxas de mensalidades, à "racionalização" do trabalho administrativo dos funcionários e à desagregação do trabalho dos professores. Isso tem causado a elitização do ensino, excluindo da universidade aqueles setores que não têm condições de pagar, e demissão de professores e funcionários. Portanto, a lógica empregada por qualquer medida dentro desse sistema é a da mercantilização crescente da educação.

Para combater essa tendência, entendemos que a alternativa que se apresenta é a luta pelo ensino público e gratuito.

- Contra medidas que deterioram as condições de ensino e eliminam direitos trabalhistas conquistados.

- Nenhum estudante fora da PUC.

- Nenhuma demissão.

- Apoio às reivindicações dos estudantes, funcionários e professores.

- Em defesa do ensino laico, público e gratuito.

(extraído do Boletim do Comitê Contra a Opressão Social e Política, da PUC/SP)

## A história da luta do POR/Bolívia em defesa do programa:

Obras Completas de Guillermo Lora. Até o vol. 35 está disponível.

# Escândalos de corrupção do governo devem ser respondidos com luta: Tribunais Populares

Os escândalos no interior do governo mostram aumento da divisão interburguesa. O caso dos grampos nos telefones dos altos escalões do governo (até FHC) pôs abaixo a pretensão do PSDB em formar um ministério da Produção, que teria Mendonça de Barros à frente. A sua demissão e a de Lara Resende foram uma vitória do PFL e setores do PMDB, que exigiam sua saída.

A criação de um Ministério da Produção sob comando do PSDB colocaria este partido em vantagem sobre os demais apoiadores de FHC. Mais ainda, colocaria sob sua condução orçamentos importantes de interesse das oligarquias regionais manejadoras dos PFL e PMDB: BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Zona Franca de Manaus, setores importantes do Banco do Brasil etc. Daí a posição dura de Antônio Carlos Magalhães contra Mendonça de Barros.

Esse mesmo Barros foi defensor, durante a campanha eleitoral, da tese da desvalorização do Real frente o dólar norte-americano, como condição para avançar as exportações e conter o déficit comercial. Expressa interesses de setores da burguesia nacional ligada à produção. Sua tese foi sufocada por exigência do imperialismo no sentido de defender a qualquer preço o valor artificial da moeda brasileira, última barreira contra a contaminação da economia norte-americana pela crise mundial recessiva.

## As fitas mostram a podridão burguesa

A escuta telefônica mostra que o governo agiu nos bastidores para garantir a privatização da Telebras sob controle. Montou-se um esquema de empréstimo e financiamento, de favorecimentos e condicionamentos, de tal forma a que o leilão fosse uma farsa. Já estava tudo resolvido de antemão, com a participação das multinacionais norte-americanas MCI, espanhola Telefonica, portuguesas e italiana, e com o aval dos grupos financeiros internacionais. Alguns grupos nacionais entrariam como sócios menores, com a ajuda do governo. Conhecendo bem as restrições para as compras de fatias da Telebras, montou-se um esquema fajuto onde duas empresas aparentemente disputavam uma empresa, mas o ganho de uma implicaria necessariamente o ganho de outra em disputa paralela. Esses arranjos foram feitos em cascata, de forma que o leilão apenas formalizou os detalhes anteriormente acertados.

O esquema envolveu desde Barros até FHC, passando por empresários ligados aos governos tucanos (o irmão de Tasso Jereissati também está envolvido). A exposição das fitas expõe a corrupção burguesa, que não é exceção no caso da Telebras, mas é regra constitutiva de formação do Estado capitalista e norma de seu funcionamento. Normalmente, essas maracutaias são preservadas em silêncio, pois todas as frações capitalistas se utilizam dos mesmos métodos. Mas, em momentos de acirrada disputa de interesses, casos de corrupção são expostos e utilizados como instrumento de barganha entre os bandos capitalistas. No final, tudo se arranja para preservar a "sagrada democracia burguesa", os corruptos permanecem impunes, no máximo uns laranjas são espremidos. É o que ocorre agora.

## O caso da conta no paraíso fiscal

A denúncia forjada por Maluf contra os tucanos FHC, Serra, Covas e Motta é mais um caso desses. Tanto que tudo acabou se concentrando sobre a originalidade ou falsibilidade das provas, abandonando-se completamente a verificação do conteúdo da denúncia. O tal dossiê foi forjado de encomenda para ser um instrumento da luta política entre malufistas e tucanos. Acabou se voltando contra o próprio Maluf.

Até mesmo o PT se calou e acobertou os tucanos, em nome de se preservar da acusação forjada malufista. Os petistas reconhecem que tomaram conhecimento da denúncia, mas desprezaram-na por desconfiança de fraude. O mesmo ocorreu com o caso dos grampos: Mercadante recusou-se a denunciar sob pretexto de não compactuar com o método de grampear telefones. O PT vai se aprofundando no fisiologismo burguês, ao ponto de acobertar a corrupção para autopreservação eleitoreira.

## Tribunais Populares para julgar os crimes de classe da burguesia

Alguns parlamentares se colocaram por convocar uma CPI sobre os casos acima. Para quê? Para que se discuta muito, se aparente empenho para as massas insatisfeitas com o pacote recessivo, e finalmente, para se passar um atestado de honestidade aos corruptos. Jamais corruptos condenarão outros corruptos.

Os trabalhadores e demais oprimidos não devem cair nessa conversa mole. Os únicos que podem julgar os crimes de classe da burguesia são os explorados. Têm de pôr em pé seus tribunais populares, para julgar de verdade e deliberar sobre a punição aos corruptos, com seus próprios métodos e organizações.

A crise interburguesa mostra que se aprofunda a divisão ao redor das medidas econômicas frente à crise. E que se torna mais favorável a organização da luta dos explorados contra uma classe dominante cindida. A conclusão deve ser erguer a luta nacional e unitária de massa para derrubar o pacote FHC/FMI.

**Adquira com o distribuidor deste jornal:**

**revista Socialismo Científico nº 6 - 60 anos da IV Internacional**

**Contém: Programa de Transição, Debates do SWP com Trotsky, Estalinismo e Bolchevismo e a Campanha do POR/Brasil e POR/Bolívia.**



## A burocracia sindical do SINTE

O Estado terá assembléia dia 10/11 para escolha de delegados para o congresso da CNTE. Porém, a burocracia envia documento às regionais indicando o dia 19/11. A direção do SINTE utiliza de todo tipo de manobra para eleger somente os professores que apóiam suas posições políticas. Denunciamos o fato de que dos 41 delegados, que têm direito o sindicato, 23 virão do interior e somente 18 serão eleitos na capital. Essa conduta já é conhecida, pois a utilizou no Congres-

so. Ou seja, financiou a vinda dos regionais em massa, sem nenhuma discussão política prévia, usando-a, apenas, para votar nas questões de seu interesse.

A Corrente Proletária na Educação denunciou todas essas falcaturas, chama os professores a rejeitar esse método estranho à classe operária e a defender a linha revolucionária para pôr o sindicato a serviço da luta. Nesse sentido, elaborou uma tese que tem como essência o combate ao Pla-

no antinacional e antipopular do governo e, particularmente, a reforma privatista do ensino. Criticou o papel da burocracia sindical de conciliar com o governo e apontou o método da ação direta para derrubar as medidas de fome e miséria que vêm sendo implantadas no Brasil.

Educação

### Professores-SP

## XVI Congresso: aprofunda a burocratização da Apeoesp

O Congresso foi realizado de 12 a 14 de novembro e contou com 1800 delegados. A grande maioria (por volta de 70%) foi escolhida a dedo pela diretoria da Apeoesp, nos Encontros regionais no interior do Estado. Os setores de oposição eram provenientes, na quase totalidade, das regionais da capital. A realização do Congresso num hotel fazenda (Serra Negra) cumpria a função de atrair uma ala conservadora do professorado, embevecida com as benesses patrocinadas pela direção do sindicato. O apoio às teses reformistas da Articulação (diretoria) vinha no sentido de preservar e ampliar esse "novo sindicalismo" inaugurado pela cúpula dirigente da CUT e seus sindicatos, entre eles a Apeoesp. O "sindicalismo propositivo", "alternativo" às medidas governamentais, bem como o fortalecimento do caráter assistencialista do papel do sindicato foram o centro de todas as discussões. O combate às propostas de colocar a Apeoesp a serviço da luta, da organização dos professores e da unidade efetiva com os demais trabalhadores para derrotar a ofensiva governamental, puderam expor com mais nitidez a conduta traidora das direções sindicais conciliadoras.

A essência desse Congresso se expressa nas mudanças estatutárias, apresentadas minutos antes de iniciar as plenárias. Um golpe planejado para evitar que os professores e, principalmente, os delegados conhecessem e divulgassem as alterações, que têm como objetivo eliminar com alguns traços da democracia sindical que ainda permaneciam no Estatuto da Apeoesp. Eis algumas: 1) A direto-

ria será composta por um número de membros nunca inferior a 52 e não superior a 113; 2) Só serão registradas as chapas completas; 3) Os eleitos para Conselho Estadual (CR) terão mandato de 18 meses; 4) Criar condições para afastamento de conselheiros; 5) Cabe ao CR eleger delegados, para os congressos da CUT, CNTE e outras atividades sindicais; 6) Criar condições para a ampliação de dois funcionários nas subsedes com mais de 2100 associados; 7) Criação do cargo de Secretário do Patrimônio e sua competência.

Nos últimos congressos, a diretoria já havia realizado alterações no sentido de ajustar a Apeoesp (sindicato) à linha política da direção. Por isso, tinha criado a comissão de ética, aumentado o tempo de gestão, eliminado os congressos anuais, os mecanismos de escolha de delegados diretamente nas escolas etc. Agora, como todo pelego sindical faz, ampliou o número de membros para concorrer à direção, impedindo que setores oposicionistas pudessem de fato disputar as eleições. A chapa completa, nos moldes dos cargos estabelecidos nesse novo estatuto, tornou-se um obstáculo. Esse é o mecanismo que os burocratas usam para perpetuar no aparelho e usufruir dos privilégios de casta corrompida. Porém, isso só não basta. Necessita criar uma rede de sustentação por todo o Estado. Daí a ampliação, também, do mandato dos conselheiros, os afastamentos e mais funcionários. O Secretário de Patrimônio para proteger a burocracia sindical. É claro isso se tornou

uma necessidade para esta burocracia diante da ocupação da Apeoesp, por alguns setores de Oposição. Como se vê, a diretoria, Articulação, deu mais esse golpe sobre a classe.

Por outro lado, como já era de esperar, a diretoria e os delegados manietados aprovaram a linha de conciliação de classe com o governo. Por isso, nada de concreto foi votado contra o pacote de FHC/FMI e nada foi esboçado para resistir à continuidade da reforma educacional privatista.

A Corrente Proletária atuou centralizada em torno das idéias contidas em sua tese, que tem como centro a luta pela derubada integral do Plano de fome e miséria de FHC, da reforma educacional do Banco Mundial e pela defesa da ação direta dos trabalhadores em educação, através da greve, ocupações e mobilizações de rua. Denunciou o papel traidor da burocracia sindical e apontou o programa de defesa da vida das massas oprimidas.



# Ato-debate na USP reúne 300 contra o corte de verbas

No último dia 11/11, O DCE/USP e o Cefisma (CA de Física) promoveram um ato-debate contra os cortes de verbas da educação, embutidos no pacote FHC/FMI, e que significam cancelamento de pesquisas por todo o país e agravamento da destruição do ensino público.

Consideramos positivo convocar os estudantes para lutar contra o corte de verbas. Mas o ato não pode ser um fim em si mesmo, mas parte de uma campanha, baseada na mobilização e no combate claro ao pacote do governo, e não um mero elemento de pressão para as negociações em curso.

A direção do DCE foi pressionada pelo Cefisma para convocar o ato. Apesar de ser convocado, procurou limitar alguns de seus aspectos mais importantes: estabeleceu que seria um ato-debate, onde os estudantes têm participação passiva; reservou um anfiteatro para a sua realização, limitando o objetivo da convocação a poucas

dezenas de estudantes; não se empenhou na convocação de massa, reproduzindo apenas 2 mil e quinhentos panfletos, que foram na maioria distribuídos pelo Cefisma, grupo "Na Letra da Luta" (Letras) e Corrente Proletária (que reproduziu mais mil); não fez uma única faixa de convocação; não colocou a bandeira de "abaixo o pacote" nos materiais nem a defendeu no ato.

A Corrente Proletária procurou impulsionar a realização do ato e defendeu a constituição de um comitê de luta na universidade contra o pacote e a convocação de uma assembleia geral universitária (estudantes, professores e funcionários) para organizar e mobilizar a comunidade para combater o corte de verbas e o pacote FHC/FMI.

O comparecimento de 300 pessoas com a fraca convocação mostra que é possível ampliar bastante esse movimento. Isso depende de se estabelecer com clareza as bandeiras de luta e os métodos adequados a elas. Nada de cair no campo de discussão fixado pelo governo, que preserva o pacote e divide os movimentos, propondo debater o que deve ou não ser cortado parcialmente. Unidade de todos os setores para derrubar o pacote!

## Protesto na Assembléia Legislativa de São Paulo

Os mesmos problemas ocorridos

na convocação do ato na USP se repetiram na preparação do protesto na Assembléia Legislativa de São Paulo. Chamada inicialmente pela Associação Nacional de pós-graduandos, compararam estudantes de diversas unidades do interior do estado, num total de cerca de 150 estudantes. Na USP, novamente se reproduziram poucos boletins e foi pequeno o empenho para a participação dos estudantes.

A tentativa de bloqueio da entrada dos estudantes da USP na Assembléia Legislativa pela segurança foi respondida pelos estudantes que já haviam adentrado e desceram se manifestando pelos corredores para se juntar aos colegas. Com palavras de ordem contra o pacote, o governo e o FMI, pressionaram para entrarem todos. Depois que se conseguiu a entrada, debateu-se os próximos passos do movimento. A discussão foi truncada, e não se pôde debater a divergência sobre os próximos passos do movimento. Ou se avança para os métodos de enfrentamento, como os bloqueios de ruas etc., ou então o movimento não terá como avançar. A formação de comitês unitários dos três setores e interuniversidades, a convocação de assembleias universitárias, a tomada de posição clara de derrubada do pacote FHC/FMI na íntegra e os métodos de luta correspondentes são a forma de avançar o movimento.

## AFUSE (Funcionários da Educação)

### Pressão Parlamentar? É Necessário Organizar a Luta

No dia 07/11, realizou-se a última reunião do Conselho de Representantes da AFUSE (CR), nesta ficou decidido que as subseções deverão pressionar os deputados estaduais nas regiões para que votem a manutenção do prêmio de valorização dos funcionários (R\$80,00 reais pagos com o dinheiro arrecadado do Fundo das Empresas, que deveria ser usado para a construção de escolas, mas desde 96 vem sendo usado como complemento salarial), aprovaram ainda reuniões com os novos deputados estaduais da ban-

cada da educação. Tudo isto no sentido de manter as pressões parlamentares.

Há três anos o CR aprova sempre a mesma política, pressão à Assembléia Legislativa. A diretoria da AFUSE sabe que a manutenção dos R\$80,00 é a única vantagem salarial que o governo Covas pode manter, por isso, para não entrar em choque com o governo, defendendo um salário real para a classe, pressiona a Assembléia.

A Corrente Proletária defendeu a necessidade de construir Comitês de Luta em toda a Categoria, contra o Pacote de FHC/Covas que arrochará mais ainda nossos salários e responsabiliza o servidor público pela crise capitalista. Neste sentido, existe a necessidade de defendermos as nossas reivindicações com a ação direta, pois as pressões ao parlamento não deram ou darão qualquer resultado, além de

desmobilizar a classe.

Nossa categoria deverá compreender que a diretoria do Sindicato não quer ultrapassar os limites estabelecidos pelo patronato, por isto fica nesta lengalenga com os parlamentares e nos obrigam a reivindicar somente os R\$80,00 do Prêmio de Valorização, transformando o resto da Pauta em simples decoração.

Neste momento a categoria deve se organizar para combater a política de "Prêmios", lutar por salário real, impedir qualquer rebaixamento no salário, lutar pela diminuição da jornada de trabalho com os seus próprios métodos de luta. Para isto terá que organizar os Comitês nas Escolas e nas Regiões, se fortalecendo para o enfrentamento com o governo, deixando de acreditar que os parlamentares corrompidos de caras santas intervirão em nome do funcionário de escola.

Edição



# O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a tradução do texto de G. Lora, iniciada no Massas nº 160

## 5. Trabalho com o jornal

O jornal - importantíssimo propagandista, agitador e organizador - constitui o instrumento mais valioso que tem a militância em seu trabalho diário, com vistas a melhorar a organização e a influência política do Partido, a agrupar a militância e a elevar seu nível político e teórico. Mas isso se converte em uma frase sem conteúdo se a célula não faz um trabalho coletivo adequado com o jornal.

Na elaboração do jornal a célula tem uma ingerência importante e decisiva; em seu seio se concentram as informações sobre a vida e trabalho dos operários, das organizações sindicais e populares e sobre as reações da classe diante dos diversos problemas políticos. Estas informações serão devidamente elaboradas e logo transmitidas ao comitê de redação do jornal. As discussões e acordos políticos podem traduzir-se em artigos e notas jornalísticas. Todo esse trabalho é coletivo e para a confecção dos artigos pode proceder-se do seguinte modo: depois de tomar-se nota dos pontos nos quais se esteja de acordo a célula e que se considerem dignos de serem conhecidos pela militância e trabalhadores, se designará um militante para que possa traduzir as conclusões em uma nota.

Podem ou não os membros da célula participarem na impressão (tarefa a cargo de um grupo especializado), mas a sua distribuição é uma das tarefas próprias da célula, que estudará de maneira permanente a forma de ampliar a influência do jornal. Trata-se de um trabalho coletivo, cuidadosamente planejado e controlado pela direção. Não se pode esquecer que o Partido tem interesse primordial em chegar ao grosso dos trabalhadores e particularmente das empresas que considere chaves por sua importância econômica e no plano político. A questão não se reduz a vender por vender, mas que a difusão crescente do jornal seja acompanhada pelo crescimento da militância. O elemento que vende o jornal troca idéias e discute com os trabalhadores (em períodos de clandestinidade a distribuição se fará observando uma série de precauções: entrega somente a elementos de confiança, fazer chegar a outros operários sem identificar-se, criação de uma vastíssima rede com esse objetivo etc.) O militante informará a sua célula sobre os setores em que se difunde o jornal,

com que êxito e quais as reações dos leitores.

Para que esse trabalho seja eficiente é necessário que o militante saiba o que contém o jornal e esteja devidamente treinado. Na célula, o encarregado apresentará um resumo dos artigos políticos fundamentais, que serão devidamente comentados e também criticados. Por sua parte, os militantes que devem realizar um trabalho de penetração em certos meios, lerão integralmente os artigos e os comentários (também as notícias) que se relacionam com os operários que se entrevistam. A crítica ao jornal se refere ao conteúdo e forma.

A célula fará conhecer ao comitê de redação o resultado de todo este trabalho, abrindo-se assim um frutífero diálogo.

Corresponde à célula contribuir de modo decisivo para o financiamento do jornal. Coletará a importância das vendas, remetendo à direção o arrecadado nos prazos fixados e não quando queiram. Buscará assinaturas e apoiadores. Os militantes procurarão vender a maior quantidade de exemplares a preço solidário. Deve-se ensinar que a malversação o não entrega pontual de dinheiro do jornal constitui um delito drasticamente castigado pelos estatutos.

O foquismo considera que a direção (e por ela alguém que está fora da organização) deve arrecadar dinheiro e financiar todas as atividades partidárias e, entre elas, a de propaganda (assim pode ser arrecadado apenas o que se queira para o jornal, reter por qualquer tempo o obtido com as vendas, malversar etc.). Na organização bolchevique é a militância (a célula) quem financia as atividades partidárias, pode-se dizer que uma das tarefas organizativas consiste em que o Partido se autofinancie, o que também vale para o jornal. Não em vão nos estatutos se coloca que entre as condições para ser militante está a de cotizar normalmente. O pagamento pontual das cotas e o esforço por financiar as publicações constituem um índice do grau de politização e maturidade da militância. Um partido que não autofinancia seus gastos não merece o nome de tal.

A recoleta de cem por cento do arrecadado com a venda do jornal é uma necessidade imperiosa porque assim se ajuda materialmente para que possa seguir imprimindo-se e assim o é também conseguir maior número de compradores a preço

solidário e cotizadores (apoiadores). Esse trabalho nos meios operários adquire enorme significado político. Aquele que adquire nossas publicações a preço elevado já se está identificando conosco.

Poderia parecer que tudo isso não é mais que um esquematismo com intenções disciplinadoras, na verdade é algo mais, trata-se de possibilitar a regular aparição das publicações (regularidade que é uma condição de seu êxito e do crescimento de sua influência). A devolução regular do total do arrecadado pela venda do jornal forma parte do trabalho coletivo; reúne-se centavo por centavo até conseguir um montante considerável para pôr em marcha todo aparato de publicações, superando assim a natural escassez de recursos econômicos de um Partido formado por operários e por gente empobrecida da classe média. Se, por exemplo, precisa-se gastar 1000 bolivianos por mês para adquirir materiais indispensáveis destinados à propaganda e o Partido somente conta com 330, é claro que será preciso que esta soma ingresse três vezes à circulação; todo atraso na devolução das vendas do jornal prejudica seriamente a conquista desse objetivo e pode concluir paralisando as publicações. É pois, inadmissível o critério de pagar quando se possa ou algum dia. Alguns camaradas, às vezes sem se dar conta, boicotam uma das atividades principais do Partido.

O que se diz para o jornal tem também valor para o resto das publicações (revistas, livros, folhetos etc.)

Movimento Operário



# Viva a Revolução Proletária Russa de Lenin e Trotsky

Há 81 anos que triunfou a revolução russa sob a direção política do proletariado. Lenin e Trotsky dizem que por seus objetivos começou como democrático-burguesa, mas dirigida politicamente pelo proletariado permitiu-lhe transformar-se em socialista. A vitória da revolução em um país atrasado demonstrou a sua viabilidade, pois a Rússia se transformou em uma grande potência e demonstrou possuir ilimitadas possibilidades de desenvolvimento, que foram estranguladas pelo estalinismo contra-revolucionário.

Internacional

## Lenin contra o revisionismo estalinista

Em 1918 escreveu o seguinte: "Sim, nossa revolução é burguesa enquanto marchamos com o campesinato em seu conjunto. No princípio, com "todo" o campesinato contra a monarquia, contra o medievalismo (e, até esse ponto, a revolução segue sendo burguesa, democrático-burguesa). Depois, com o campesinato mais pobre, com o semi-proletariado, com todos

os explorados contra o capitalismo, que significa também contra os camponeses ricos, os "kulaks" e os especuladores; e, neste aspecto, a revolução se converte em socialista. A maior perversão do marxismo, sua vulgarização, sua substituição pelo liberalismo, significa colocar uma Muralha da China entre uma e outra revolução, separar uma e outra pelo elemento que não seja o grau de preparação do proletariado e o grau de unidade com os camponeses pobres."

De sua parte, Trotsky, seguindo a Marx, pontualizou como materializar as tarefas democráticas não cumpridas estando presente o proletariado como classe. A ditadura do proletariado cumprirá plenamente as tarefas democrático-burguesas para transformá-las em socialistas. A revolução, que necessariamente deve começar dentro das fronteiras nacionais, não poderá menos que transformar-se em internacional, se quer resolver os agudos problemas emergentes de suas próprias entranhas.

O transcrito demonstra que tanto a revolução por etapas (separação por um muro da democracia-burguesa da socialista), o socialismo num só país, a coexistência pacífica da revolução com o imperialismo, levam à negação do marxismo.

## A quebra o estalinismo prova a vigência do marxismo

A restauração do capitalismo na URSS vem provar a vigência do marxismo.

mo, o destino ocorrido no país-continente põe em evidência que o caminho equivocado do estalinismo chega ao fracasso: a sociedade sem classes se levantará em escala internacional ou não se dará.

## Marchamos à revolução social, primeiro passo ao comunismo

Aos oitenta e um anos da revolução de 1917, dizemos com firmeza que nossa luta se encaminha para a revolução social, para o comunismo, isto porque assim se projetam as leis da história, depois que o desenvolvimento do capitalismo chegou ao seu ponto culminante, como demonstra a profunda e dramática crise econômica estrutural do capitalismo.

Vivemos em um país privilegiado porque sua classe operária tem conhecido uma grande evolução política. Em outras palavras, amadurece rapidamente o fator subjetivo da revolução, que neste momento se apresenta como uma necessidade histórica.

A tarefa central do Partido Operário Revolucionário, a única organização trotskista do país, é a de cumprir com eficácia a tarefa de estado maior dos explorados e oprimidos, para conduzi-los até a vitória.

Estamos convencidos de que este trabalho deve formar parte da construção da Quarta Internacional.

(extraído o Masas boliviano nº 1641, de 6/11/1998)



## Curso de formação política

A Associação de Funcionários da PUC-SP decidiu realizar um curso de formação, tendo por tema a economia política. Trata-se de uma importante iniciativa. O estudo coletivo sobre o funcionamento do capitalismo permite elevar a consciência dos trabalhadores e preparar o caminho da luta pelo fim da exploração do homem pelo homem. A inscrição de mais de 30 funcionários, acrescida de alguns estudantes e professores, mostra bem o interesse. Publicamos abaixo o roteiro do curso.

### Programa do curso de formação: Elementos de economia política

#### I. Introdução

- O que é economia política.
- Por que e para quê os trabalhadores devem entender de economia política;
- Algumas noções básicas: ciências da natureza e ciências sociais; produção material e reprodução da vida social; elementos fundamentais da produção;

#### II. Modos de produção e transformação histórica

- O que é modo de produção;
- Os modos de produção na história;
- As leis da transformação dos modos de produção.

#### III. Leis fundamentais de funcionamento do modo de produção capitalista

- Exploração do trabalho e acumulação de capital
  - Extração da mais-valia;
  - Distribuição da mais-valia;
  - Riqueza e pobreza.
- As crises econômicas
  - A superprodução;
  - Destrução de forças produtivas;
  - Desemprego.
- Economia da época imperialista
  - Formação dos monopólios;
  - Formação do capital financeiro;
  - Opressão nacional.
- Atualidade da crise
  - O caráter da crise;
  - Globalização;
  - Neoliberalismo.
- O Plano Real
  - A crise capitalista no Brasil;
  - Aplicação da diretriz neoliberal;
  - Consequências sociais das novas medidas.

## Nossa camarada, militante do POR boliviano, Rose M. Vargas, nos deixa maior lição de vida: dedicar-se inteiramente à revolução proletária.

A morte de nossa camarada Rose, vitimada pelo câncer, significa uma importante perda para o POR boliviano e para a tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Rose se destacou pelo incansável trabalho de organização do POR e de intervenção na luta de classes. Na longa trajetória desse partido trotskista, vários revolucionários tiveram sua luta cortada pela morte. E o POR sempre soube preservar suas memórias através das lições e contribuições deixadas. Nossa querida

Rose estará entre aqueles que nunca abandonaram o campo da luta de classe, a não ser com a chegada da morte. Aqui, no Brasil, também saberemos preservar o esforço e dedicação de revolucionários dessa estirpe, trabalhando pelo internacionalismo proletário, assim como Rose o fez atuando na organização do Comitê de Enlace.

Internacional

### CUBA:

## Castro busca carinhosamente entender-se e coordenar seus movimentos com os governos burgueses

### Da Pose Radical à Capitulação Ante a Burguesia

A história do castrismo explica porque esta corrente política e seu governo terminaram rasgando-se diante do colosso da ordem social burguesa.

O movimento dirigido por Fidel Castro começou como democrático, combatendo furiosamente o ditador direitista Batista. Seu primeiro passo como governo foi no sentido de pedir ajuda ao imperialismo norte-americano. Foi a negativa norte-americana ao pedido de Havana que empurrou o castrismo para a esquerda, para os países dominados pelo estalinismo contra-revolucionário.

Em Cuba a classe operária não é governo, apoia o regime castrista desde o seio das organizações populares. Mas tampouco o castrismo de esquerda encarna a política revolucionária do proletariado. Nasceu da fusão dos seguidores dos chefes guerrilheiros com o partido estalinista de Cuba, cuja natureza contra-revolucionária ninguém pode pôr em dúvida.

Empurrado à esquerda, o castrismo recorreu ao caminho enviesado do estalinismo. Tudo até mesmo seu empenho atual de encontrar apoio não importa em que governo capitalista — faz supor que Castro só buscou apoio econômico para manter sobrevivendo o regime cubano.

Começou aliado ao maoísmo de Pequim, mas, quando este falhou em sua ajuda econômica, não duvidou em passar para o lado de Moscou, para seguir, no plano internacional, a política contra-revolucionária do Kremlin.

A queda do estalinismo em nível internacional foi o maior revés que poderia ter acontecido ao castrismo. Modificou a fundo sua política, passando a se empenhar completamente em buscar apoio material e diplomático nos mais diversos países e governos capitalistas.

### O Abandono do Foquismo

Em certo momento, Havana apoiou e difundiu a tática foquista, buscando assim se fortalecer e difundir a luta armada, pelo menos na América Latina. Ninguém ignora que o defeito básico e a própria debilidade do castrismo está em dar as costas para as massas, apoiando-se no foco armado.

Das últimas declarações públicas feitas por Castro, pode-se deduzir que abandonou sua velha finalidade estratégica de transformar a luta diária, a política e o futuro da sociedade com o foco armado e o punhado de ídolos predestinados.

A realidade é que o foquismo (do ponto de vista marxista uma tática e não uma finalidade estratégica) fracassou porque o

grupo armado dá as costas para as massas radicalizadas ou não.

### O Que Busca Castro?

Não se pode conceber a luta política sem um objetivo estratégico, que condiciona os métodos táticos que devem ser utilizados e as formas organizativas partidárias. Às vezes percebemos que alguns se envergonham de sua estratégia, ou simplesmente a abandonam, a ocultam. Em todos os casos, os fatos diários denunciam a essência de uma determinada linha política.

A conduta cotidiana de Castro se limita a buscar, por todos os meios, o apoio dos governos burgueses (não das massas) para que seu governo possa sobreviver.

Castro disse ultimamente que os problemas que colocam a revolução somente podem ser resolvidos internacionalmente. A pressa pode levar a concluir que abandonou o 'socialismo num só país' de Stalin e retornado ao marxismo. Devemos sublinhar que não fala em apoio da revolução mundial, mas dos governos dos exploradores.

Castro quer ganhar o favor de governos burgueses. Adula sem medida o presidente da Colômbia (onde as massas ganham as ruas pedindo melhores salários) para que possa impor a paz em seu país, que supõe a destruição da luta armada.



# Greve de Fome dos Professores, Governo Capitula

Comandam a batalha: Miguel Lora, Harry Mandaca, Rina Rojas (Cochabamba), Rodolfo Rojas (La Paz), Maria T. Aramayo, Armando Silva (Oruro)

O Oficialismo derrubou lágrimas ante os grevistas que estavam no Ministério da Economia, mas a noite a polícia os expulsou violentamente; o piquete foi transferido para a sede da COB para prosseguir o jejum voluntário.

As propriedades e o dinheiro do Fundo Complementário pertencem aos professores.

O governo incapaz e laica dos gringos, ao verse em dificuldades econômicas, não teve a menor dúvida em tomar de assalto a propriedade alheia. A audácia dos fascistas não parou por aí.

O liquidador, cedendo as pressões do TGN, cobrou descontos abusivos desde o mês de julho.

Os professores que ganham um salário miserável se viram frente a expropriação da totalidade de seus salários. A cobranças indevidas, inclusive de cheques que não foram cobrados. A pagar sua dívidas pela segunda vez. Etc.

A isto conduziu o dispositivo da Confederação de entregar bens e documentos ao Estado.

A documentação sobre os empréstimos de 1996/97 não foram ainda avaliadas.

Os professores não se limitam a gemer, a lamentar, mas sim de forma imediata se mobilizaram, se organizaram, para poder responder ao crime cometido pelo fascismo, fazê-lo retroceder e recuperar o dinheiro roubado.

Colocaram com clareza suas reclamações e seu protesto e de imediato e energicamente descarregaram seus golpes no rosto dos carrascos.

A lição dada pelos lutadores do magistério:

Não perder-se com o diálogo e ameaças, descarregar de imediato os golpes, fazer retroceder o inimigo e não perder a iniciativa, tal é a tática correta. Seria bom que a lição fosse devidamente assimilada.

Imediatamente o governo bateu no peito, chorou, deu razão aos professores enfurecidos.

Apressou-se em prometer que os descontos seriam devolvidos, as injustiças reparadas etc.

Os professores responderam que devemos aprender com as lições da história. O governo não só é mentiroso, demagogo, como também enganador em sua essência.

Pese todo seu afago e desculpas, a greve prosseguiu até se comprovar que o dano foi reparado.

Dizemos a todos:

Seguir o exemplo dos professores para acabar com as privatizações, com a repressão aos camponeses, para acabar com a flexibilização trabalhista e a ditadura fascista serve do imperialismo.

(Extraído do "Masas" boliviano no 1639, de 23 de outubro de 1998)

Internacional

## Em defesa do Iraque e contra o imperialismo

Saddam Hussein, governo do Iraque, denunciou que os tais fiscais da ONU não passam de agentes secretos dos Estados Unidos e de Israel. Sobre pressão de ataque militar, o Iraque permitiu que os "fiscais da ONU" vasculhassem toda e qualquer dependência do país em busca de armas químicas e bacteriológicas.

O tempo passou e nada foi encontrado. A intenção dos agentes do imperialismo é manter o Iraque sob constante intervenção. Bastou que o governo decidisse o encerramento das buscas para que os Estados Unidos rearmasse o palco de guerra.

O aparato bélico do imperialismo é tão fulminante

que as armas químicas do Iraque, se de fato existirem escondidas, não passam de um brinquedo. As potências armam o mundo todo, são os maiores produtores e comerciantes de armas e impõem aos países atrasados o que devem ou o que não devem ter.

A classe operária tem o dever de defender a soberania do Iraque e se colocar do lado da nação oprimida contra a opressora. A frente única antiimperialista é a tática a ser aplicada nos países semicoloniais. Esta consiste em unir todos os explorados na luta antiimperialista e anticapitalista. No caso concreto do Iraque, trata-se de resistir a ofensiva militar do imperialismo, defendendo a autodeterminação das nações.

## PSTU se rende aos "Tribunais Internacionais"

Diz o jornal Opinião Socialista nº 66: "Não há atropelo algum à soberania do Chile, ninguém invadiu o Chile para prender Pinochet. A apelação à "soberania" neste caso é o argumento que pretende legitimar a impunidade. [...] Pinochet tem que ser julgado e punido por seus crimes contra a humanidade, como foram julgados os militares nazistas, como também deveriam ser julgados os assassinos do povo curdo, do povo bósnio e de Kosovo."

Para o PSTU, é legítima a prisão de Pinochet pela Inglaterra, não fere

a soberania do Chile. Mais ainda, o PSTU defende a jurisprudência imperialista inglesa, embelezando-a com o nome de julgamento de "crimes contra a humanidade". É evidente que a burguesia emprega o conceito humanidade desprovido de qualquer conteúdo de classe. O PSTU por aí lhe segue.

Primeiro: os crimes de Pinochet foram feitos a mando, sob proteção e em benefício do imperialismo norte-americano e europeu. Jamais esses países farão um julgamento justo de sua marionete, para eles hoje arcaica e com pouco valor.

Segundo: quem tem de julgar Pinochet não é o governo chileno, parido por acordos interburgueses com a mesma ditadura pinochetista. São as massas chilenas, pondo em pé seus Tribunais Populares, erguidos por suas organizações de massa, contra as burguesias chilena e imperialista, que te-

rão condições de julgar de fato e punir o genocida. Não por "crimes contra a humanidade", mas por seus crimes de classe, de esmagamento sanguinário dos explorados em benefício dos exploradores chilenos, ingleses, espanhóis, norte-americanos.

Terceiro: por falar em curdos, bósnios, Kosovo: nada de ingerência imperialista sobre as nacionalidades! Nada de defender um suposto "tribunal internacional" marionete do imperialismo! Que as nações possam resolver seus problemas livremente! Somente a luta antiimperialista e anticapitalista poderá levar à autodeterminação!

A posição do PSTU mostra que não tem a menor noção da posição marxista de defesa da autodeterminação dos povos. Pior: não tem uma posição de classe para fazer justiça aos crimes de classe da burguesia.

